

**Contribuição da Pré-conferência temática “Ciência e Patrimônio Cultural”, realizada em 09 de abril de 2010, no Museu de Astronomia e Ciências Afins, no Rio de Janeiro, para a IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**

Ciência, tecnologia e inovação na preservação do patrimônio cultural brasileiro

***“A ciência e a tecnologia produzindo patrimônio cultural, a ciência e a tecnologia como apoio ao patrimônio cultural, a ciência e a tecnologia usufruindo do patrimônio cultural.”***

Na atualidade, é preciso afirmar o compromisso do campo da ciência e tecnologia com o campo de estudos sobre o patrimônio cultural, que é de fundamental importância para o exercício da identidade nacional e dos projetos culturais desenvolvidos em solo brasileiro, que abrangem etnias diferenciadas.

A ciência, tecnologia e inovação estão presentes em todas as etapas do processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Isso se dá na fase de coleta, realizada por diversos tipos de pesquisadores, como antropólogos, arqueólogos, botânicos, zoólogos, etc.; na etapa de organização e sistematização das coleções; no processo de acondicionamento, conservação e restauração e, por fim, na própria atividade de pesquisa e disseminação do conhecimento produzido a partir desse patrimônio. Para muitas áreas do conhecimento, o acervo organizado, tratado e disponibilizado à consulta em museus, bibliotecas e arquivos é infra-estrutura fundamental para a pesquisa.

Em termos de patrimônio cultural podemos incluir os arquivos, as coleções, os bens edificados, os saberes e as tradições. E, entre os diversos tipos de patrimônio, merece especial atenção aquele produzido pela própria atividade científica, como os acervos documentais e bibliográficos, as coleções de instrumentos e equipamentos científicos, além de edificações e laboratórios, utilizados especificamente para o desenvolvimento científico e tecnológico denominados de acervos de ciências e tecnologia.

O patrimônio cultural, assim como o natural, é um patrimônio do povo brasileiro que pertence ao povo brasileiro e deve ser preservado, estudado e disseminado para toda a sociedade. Do ponto de vista institucional, isso exige um olhar transversal para o patrimônio que supere a segmentação administrativa entre ministérios e demais agências do Estado e que permita um tratamento cooperativo e articulado entre diversas instâncias da esfera pública e privada. Para tanto, é necessário definir lugar para o campo dos estudos sobre o patrimônio cultural e suas instituições no Sistema Nacional de CT&I, introduzir a questão do patrimônio cultural na gestão de CT&I e introduzir a CT&I na gestão do patrimônio cultural.

Nesse sentido sugerimos que o tema da preservação dos acervos culturais e, em especial os acervos de ciência e tecnologia, seja incluído na IV Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, e explicitado no Plano Nacional de C,T&I a ser elaborado para os próximos anos.

Nesses termos, é fundamental promover a realização de pesquisas com foco na preservação e disseminação do patrimônio cultural. Ao lado disso, deve-se propiciar a formação e capacitação profissional especializada e dar importância ao trabalho de educação patrimonial com diversos grupos sociais e trabalhadores, indo além das fronteiras escolares, próprias do sistema educacional.

O patrimônio cultural demanda, igualmente, conhecimento científico para participar do desenvolvimento tecnológico nacional e afirmar domínio em campo especializado de conhecimento. Impõe-se a necessidade de superar a dependência tecnológica, buscando, inclusive, a adaptação às necessidades e peculiaridades do nosso meio físico. É preciso evitar, por exemplo, a subordinação de protocolos de preservação de bens culturais próprios para as condições ambientais do hemisfério norte, assim como a dependência de monopólios de assistência técnica e da importação de equipamentos.

Além disso, é preciso rever aspectos do marco regulatório que devem se encaminhar para a simplificação burocrática, de modo a permitir que as instituições de guarda de acervo, como os museus, arquivos e bibliotecas, usufruam dos mecanismos de fomento à pesquisa e formação de recursos humanos do sistema. Trata-se, por exemplo, de estender a possibilidade de importar equipamentos em condições especiais. Também é fundamental criar nas instituições de CT&I políticas e programas de gestão do patrimônio científico e tecnológico que pouco a pouco vai se produzindo.

De resto, cabe definir mecanismos específicos de financiamento para o campo dos estudos sobre o patrimônio cultural a partir do sistema de CT&I, garantindo que as instituições públicas ou privadas de patrimônio cultural possam concorrer em editais do sistema de CT&I e que tenham participação nas ações e programas transversais do MCT.

A partir destas considerações gerais, propomos a implantação das seguintes ações:

1. Criar um programa específico de financiamento a partir do FNDCT para o patrimônio cultural, com foco especial na preservação, acesso e difusão;
2. Criar um centro nacional de referência e pesquisa interdisciplinar em conservação e restauração de patrimônio cultural, no âmbito do MCT, que seja capaz de promover a interação de estudos e pesquisas sobre a diversidade de bens e materiais, cooperando com laboratórios já existentes em diversas instituições, constituindo amplo pólo de formação, inovação e desenvolvimento tecnológico no campo da preservação do patrimônio cultural;
3. Estimular a implantação de programas de formação, capacitação e pesquisa no campo da preservação do patrimônio cultural;
4. Criar no âmbito das instituições de C&T e, em especial as do próprio MCT, ações de valorização e educação para a preservação do patrimônio cultural, com ênfase para o patrimônio de ciência e tecnologia;
5. Definir uma política nacional de preservação do patrimônio cultural relacionado à ciência e tecnologia. No âmbito do MCT, deve ser estabelecida uma instância

responsável pela gestão do patrimônio sob sua responsabilidade;

6. Estabelecer um programa nacional de preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia, levando em conta a sua intersetorialidade, incentivando a criação de sistemas de gestão de documentos nas instituições de ciência e tecnologia e implantando nas instituições do próprio MCT;
7. Garantir infra-estrutura que permita o amplo acesso público à informação prevendo programas de apoio à digitalização e microfilmagem de acervos, aquisição de bibliografia especializada e disponibilização das coleções e arquivos em meio virtual;
8. Encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei isentando de impostos a importação de equipamentos para a preservação de acervos por parte de museus, arquivos e biblioteca e centros de documentação;
9. Encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei estabelecendo ações compensatórias na proteção do patrimônio cultural no contexto de grandes obras públicas.

Instituições e associações científicas presentes à Pré-conferência

- Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
- Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)
- Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)
- Associação Nacional de História (ANPUH)
- Conselho Internacional de Museus (ICOM-BR)
- Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC)
- Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)
- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
- Arquivo Nacional
- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
- Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ
- Escola de Belas Artes, UFMG
- Fundação Energia e Saneamento
- Fundação Joaquim Nabuco
- Museu de Astronomia e Ciências Afins